

038/90

Ives Gandra da Silva MartinsO IRRACIONAL AUMENTO DO IPTU**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor titular de Direito Econômico
e de Direito Constitucional da Faculdade de
Direito da Universidade Mackenzie e
Presidente do Conselho Superior de Estudos
Jurídicos da Federação do Comércio do Estado
de São Paulo.

O brasileiro paga, direta ou indiretamente, 53 tributos, na mais alta carga tributária mundial, em nível de produto privado bruto (PPB). Entre eles, o IPTU. O IPTU é um dos 53 tributos que, até mesmo um cidadão que ganha salário mínimo suporta ao comprar 1 quilo de feijão em qualquer super-mercado, eis que todos esses tributos estão embutidos no preço final do produto. Em nível de PPB, o brasileiro paga mais de 50% do que ganha, em tributos.

Apesar dessa monstruosa carga fiscal, os 5.000 governos que o povo brasileiro tem que sustentar -ou seja, as 5.000 máquinas administrativas da Federação Brasileira (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)- prestam serviços públicos ruins porque servem-se da sociedade e não a servem, todos eles mais interessados na detenção do poder do que na dedicação à comunidade.

A Prefeitura de São Paulo não foge à regra. Nunca nenhum prefeito

✓

-2-

na história da cidade teve tão fantástico aumento da receita tributária como a Prefeita Erundina.

Até o governo Jânio Quadros, São Paulo cobrava o IPTU, o ISS, tinha a participação de pelo menos 3/4 de 20% do ICM aqui recolhido e, na proporção da lei maior, além de adminúculos de outras receitas, parcela dos 33% que a União repassava de IPI e IR, seus mais fortes impostos.

A Prefeita Erundina assumiu o governo recebendo o ITBI (imposto sobre operações imobiliárias, a título oneroso), o IVV (imposto sobre combustíveis, menos o óleo diesel), pelo menos 3/4 de 25% do ICMS e, na proporção da Carta Magna, parcela acrescida de IPI e IR, cujo nível de transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios de 38% em 1989 está passando, gradativamente, a 47% em 1993.

Por outro lado, sua participação sobre o ICMS, foi elevada em 20% e está incidindo sobre uma base de cálculo maior (o ICMS incorporou 5 impostos que antes pertenciam à União), o ISS foi alargado em 37 serviços antes não tributados e o IPTU foi consideravelmente aumentado, no ano passado, em relação ao IPTU do governo Jânio Quadros. Aumentou-se a carga tributária sobre o cidadão paulistano, apesar de seu padrão de vida ter caído drasticamente com as políticas anti-inflacionárias.

Para se ter uma idéia, calcula-se que 1/5 de todas as operações imobiliárias do Brasil se realizam em São Paulo e todas as operações são incididas pelo ITBI municipal. E São Paulo é de longe a cidade com a maior arrecadação do imposto sobre combustíveis no Brasil.

-3-

Infelizmente, apesar de as burras municipais terem sido consideravelmente "engordadas", a máquina administrativa municipal também o foi, com o que, as benesses que o constituinte atribuiu aos Municípios terminaram por se diluírem nas "auto-benesses" do governo municipal, que cresceram em proporção semelhante.

E no setor de transportes a própria Prefeitura parece ter detectado fraudes que prejudicaram sua "performance", em clara demonstração de que não o sabe controlar, pois sobre ser a CMTC um péssimo modelo de administração municipal, o aspecto ético teria sido também maculado, segundo o noticiário da imprensa.

Ora, neste quadro "spielberguiano" de fantásticas receitas e mediocres serviços, em último lance pretende a Prefeitura eleva ainda mais a carga tributária presente (em média 600% acima da inflação --em alguns casos 2.000%) do IPTU, em troca de uma promessa futura de transporte gratuito, promessa, que passa a ser um mero ato de profissão de fé, em face da clara demonstração de incompetência até hoje, no conduzir a sua própria empresa de transportes, que é a CMTC.

Sou contra, portanto, este aumento presente e real de tributos contra uma promessa futura e eventual de transporte gratuito, a ser fornecido por quem, infelizmente, até agora não demonstrou a menor vocação para administrar o setor de transportes.

Chegou o momento de o brasileiro passar a pressionar os governos para reduzirem a carga tributária e não a aumentarem, já que todos estamos cansados de ser singelos escravos da gleba a sustentar os senhores feudais enquistados nos 5.000 governos federativos do Brasil.

